

# FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

## Uma defesa da poligamia

SÃO PAULO - Não conheço a obra de Luiz Edson Fachin e não sei bem por que Dilma Rousseff o indicou para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal. Desconfio até de que ela o esteja usando como boi de piranha, isto é, designando um nome mais à esquerda para vê-lo rejeitado pelo Senado e depois dizer que a "direita reacionária" faz o que pode para sabotar seu governo.

Como disse, não tenho conhecimento de causa o bastante para distinguir entre as reais ideias de Fachin e aquelas apenas atribuídas a ele, mas penso que estão exagerando ao acusá-lo de defensor da poligamia. Ou melhor, para colocar a questão em termos mais provocativos, sustento que não há nada de errado com a poligamia, desde que todas as partes envolvidas estejam de acordo e o arranjo não produza ônus extraordinários à Previdência.

A analogia aqui é com os relacionamentos homossexuais. O que dois ou mais adultos fazem consensualmente entre quatro paredes é assunto exclusivo deles. Se depois houver desentendimento entre as partes, cabe ao Estado cuidar das consequências jurídicas, da mesma maneira que trataria uma dissolução de sociedade empresarial, mas não pregar etiquetas morais sancionando ou condenando comportamentos que não causem dano a terceiros.

Aceitar isso não implica de modo algum atacar a família nem esboçar os alicerces da sociedade. Todos aqueles que quiserem manter-se fiéis ao modelo bígamo heterossexual tradicional, que, devido a uma combinação de fatores biológicos e culturais, serão a grande maioria, estão perfeitamente livres para fazê-lo.

Não nego que seja muito mais fácil promover o entendimento quando todos pensam da mesma forma, mas, se queremos viver de modo pacífico em sociedades complexas e multiculturais de vários milhões de habitantes, precisamos aceitar que outros possam legitimamente fazer até o que nos pareça indecente.

05 MAI 2015

05 MAI 2015

## FOLHA DE S. PAULO PAINEL

**Carga...** As votações no plenário do Senado das indicações de ministros do STF que suscitaram mais polêmica foram marcadas para dias de quorum elevado na Casa.

**... máxima** Gilmar Mendes teve 57 votos a favor e 15 contrários, e José Antonio Toffoli, 58 a favor e 12 entre contra e abstenções. Ambos foram advogados-gerais da União e tiveram a escolha criticada pela oposição de turno.

**É com ele** Diante desse quadro, senadores calculam que Renan Calheiros (PMDB-AL) pode aumentar ou reduzir as chances de Luiz Fachin ser aprovado se marcar a votação em plenário para dias de quorum alto ou reduzido.

05 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

**CLAUDIO HUMBERTO**

### **Contratos viram munição contra Fachin no STF**

O discurso contra a indicação do advogado Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal ganhou força com a distribuição de documentos a senadores mostrando que entre 2008 e 2013 seu escritório foi contratado pela estatal Itaipu Binacional para atuar em ações no próprio STF. O escritório Fachin Advogados Associados recebeu R\$ 6 milhões em seis anos. Um dos contratos, de R\$ 1,39 milhão, fechado em novembro de 2013, ainda está em vigor.

### **Lado paraguaio**

Fachin também foi contratado, em 2009, para defender no STF os interesses paraguaios contra o Brasil, em Itaipu.

### **Começou em 2008**

O primeiro contrato entre a estatal Itaipu e o advogado Luiz Fachin foi celebrado em 2008 no valor de R\$ 1,35 milhão.

### **Trabalho regular**

No ano de 2009, o escritório do advogado Fachin ganhou mais R\$ 276 mil de Itaipu. Entre 2010 e 2012, foram R\$ 696 mil ao ano.

05 MAI 2015

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Aroldo Murá

#### FIM DE DÚVIDAS: FACHIN NO "MAIS FECHADO"

O professor Luiz Edson Fachin, que desperta paixões e defensores acendrados em todas as latitudes e partidos políticos, tem sido acusado de ser defensor do MST e de outros movimentos sociais não exatamente democráticos.

A ministra Katia Abreu, da Agricultura, é, no entanto, o novo e forte ponto de apoio de Fachin, ela mesmo dizendo que também – em certas situações apoiou o MST. Kátia faz campanha pelo paranaense, especialmente na bancada ruralista do Senado. Dizem que conseguiu mudar, pró Fachin, a opinião de Eunício Oliveira (PMDVB/CE).

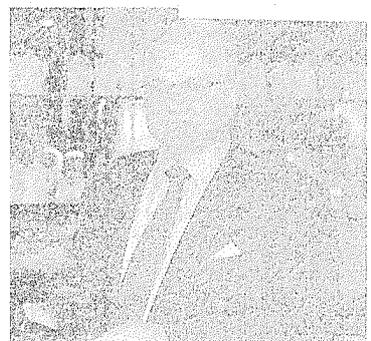
Afinal, não esquecer que Kátia é presidente licenciada da Confederação Nacional da Agricultura.



Kátia Abreu e Luiz Edson Fachin.

#### 2º ACEITO NO GRACIOSA

Que Fachin é um jurista de todo respeitado, ninguém dúvida. E agora poderão acabar as especulações de que seria um demolidor da burguesia e da aristocracia: há um mês o professor foi admitido como sócio do Graciosa



Country Club, considerado o clube mais fechado do Paraná. Reúne a fina flor da chamada alta sociedade, onde predominam empresários do agronegócio.

Os que indicaram Fachin para o Graciosa, no entanto, foram advogados. Um grupo de causídicos de alto coturno.

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Notas políticas

#### Sabatina no dia 12

A sabatina no Senado do professor da UFPR Luiz Edson Fachin foi remarcada para o dia 12 de maio (próxima terça-feira). A reunião na Comissão de Constituição e Justiça estava agendada originalmente para o dia 29 de abril e, depois, para amanhã (5 de maio). Segundo o relator da proposta indicação de Fachin, senador Alvaro Dias (PSDB), a nova data foi escolhida devido a questões de prazo regimental.

05 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## NOTA POLÍTICA

### **Fachin no dia 12**

A sabatina no Senado do professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Luiz Edson Fachin foi remarcada para o dia 12 de maio (próxima terça-feira). A reunião na Comissão de Constituição e Justiça estava agendada originalmente para o dia 29 de abril e, depois, para esta terça-feira, 5 de maio. Segundo o relator da proposta de indicação de Fachin, senador Alvaro Dias (PSDB), a nova data foi escolhida devido a questões de prazo regimental. Segundo o tucano, a decisão definitiva sobre o aval do Senado a Fachin será tomada pelo plenário, no dia 13 de maio, caso ele seja aprovado pela CCJ.

# 'Nada justifica' ação da PM do PR, admite secretário de Richa

Francischini falou pela primeira vez sobre a repressão à manifestação, operação que deixou quase 200 feridos

**Para Ministério Público de Contas, o projeto do governador tucano que altera a previdência é inconstitucional**

ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA

Cinco dias após a ação policial que deixou quase 200 feridos numa manifestação contra projeto do governo Beto Richa (PSDB), o secretário de Segurança do Paraná, Fernando Francischini, falou pela primeira vez sobre o episódio. Ele prometeu uma "apuração rigorosa" e disse que "nada justifica" o que houve.

"Não tem justificativa. Nós lamentamos, as imagens são terríveis", disse em entrevista coletiva. "Nunca imaginávamos que ia acabar nisso."

Criticado por manifestantes, pela oposição e até por aliados de Richa, Francischini não respondeu se houve excessos da polícia. Disse só que um inquérito, com acompanhamento do Ministério Público, apura isso.

Francischini voltou a afirmar que a confusão começou quando parte dos manifestantes avançou contra a barreira policial. A secretaria divulgou imagens de jovens com lenços no rosto, que usaram escudos feitos com tampas de panela e atiraram pedras e pedaços de pau.

O secretário disse que a pasta havia sido alertada pelo Ministério Público sobre grupos radicais no protesto.

A fala do secretário ocorreu um dia após o presidente do



O secretário de Segurança do PR, Fernando Francischini

PSDB no Paraná, Valdir Rossoni, ter pedido, nas redes sociais, que os responsáveis pela ação policial "sejam demitidos ou peçam para sair".

Deputado federal aliado de Richa, Rossoni classificou o episódio de "desproporcional e desnecessário"; e disse que os secretários responsáveis devem responder "pelas atitudes desmedidas, pelos desmandos, pelos exageros".

## INCONSTITUCIONAL

O Ministério Público de Contas local considera inconstitucional a mudança da previdência dos servidores.

Segundo o procurador Gabriel Guy Leger, a mudança altera o equilíbrio atuarial e financeiro da previdência,

contrariando a Constituição.

O Estado quer passar uma parte dos aposentados pagos pelo fundo financeiro, que integra o caixa do governo, para o fundo previdenciário, que recebe contribuição do Estado e dos servidores e tem um saldo de R\$ 8,5 bilhões.

Com isso, a gestão, em severa crise financeira, economizaria R\$ 1,7 bilhão por ano.

Leger entende que o projeto desvirtua a natureza do fundo previdenciário e irá consumi-lo em 30 anos, segundo cálculos do próprio governo.

"Essas pessoas que o governo quer migrar jamais contribuíram para esse fundo."

Ele ingressará com uma medida cautelar. Caberá ao tribunal de contas decidir.

# FOLHA DE LONDRINA

RONALDO JOSÉ NASCIMENTO

## Uma mancha inapagável

As cenas ainda estão claras para mim que participei ativamente das manifestações, semana passada, em frente ao Centro Cívico, em Curitiba, engrossando os protestos contra o projeto de lei do governo que alterou o sistema de previdência dos servidores públicos do Paraná. Como muitos dos manifestantes – professores, estudantes e servidores estaduais -, entendi que a força policial promoveu um massacre violento e desproporcional.

Quero frisar que essa atitude tem ser creditada não só ao governador Beto Richa, mas também ao comandante-geral da Polícia Militar do Paraná, César Vinícius Kogut, que assumiu a responsabilidade pela força policial que confrontou a multidão no Centro Cívico.

Sabemos que nada acontece sem uma cadeia de comando formada pelo governador, secretário de Segurança Pública, Fernando Francischini, e finalmente pelo presidente da Assembleia Legislativa do Paraná (AL), deputado Ademar Traiano (PS-DB). Espero que todos tenham ciência que, para seus currículos, a atitude de confronto com os servidores representa uma mancha inapagável.

Qualquer declaração para desqualificar, marginalizar, criminalizar uma ação legítima, num estado democrático de direito, mostra o despreparo, a falta de responsabilidade e a falta de noção básica de uma ação que poderia ter sido evitada. Não há Paranaprevidência que pague uma vida, que felizmente não foi ali ceifada.

O grande intelectual católico e resistente francês François de Menthon, procurador da França no Tribunal de Nuremberg, pronunciou esta frase, que define o que se passou no dia 29 de abril de 2015: "Crime contre le statut d'être humain, motivé par une ideologie qui est contre l'espirit, visant a rejeter l'humanité dans la barbarie".

Se houve comemoração por parte dos nominados acima, ao final do processo, foi uma vitória de Pirro. Não fomos derrotados, pois cada lágrima, cada gota de sangue derramado, cada corpo ferido é o que fica para a história dos que execrarão a memória dos responsáveis para sempre. Se o 30 de agosto é lembrado ano a ano pelo magistério paranaense, agora teremos também o 29 de abril como uma mancha inapagável pelos séculos vindouros.

RONALDO JOSÉ NASCIMENTO é professor do departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Londrina

05 MAI 2015

05 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

# Francischini nega responsabilidade na ação da PM

Secretário de Segurança Pública volta a creditar  
violência a 'grupos radicais'; PM não confirma  
rumores de troca no comando-geral

66

*Temos que fazer um inquérito da  
atuação dos grupos radicais, o  
grande estopim do confronto"*

Andréa Bertoldi

Reportagem Local

Curitiba – Em sua primeira manifestação pública após a ação policial que deixou mais de 200 servidores estaduais feridos no último dia 29 de abril, no Centro Cívico, o secretário estadual de Segurança Pública, Fernando Francischini, negou ser responsável pela operação e disse que sua secretaria, como gestora administrativa, deu a estrutura necessária para a Polícia Militar. Ele também disse lamentar o episódio, mas voltou a afirmar que grupos radicais foram responsáveis pelo que ocorreu na semana passada, quando mais de 200 pessoas ficaram feridas, entre professores e servidores, no dia em que eram votadas as mudanças na Parana-previdência. Francischini disse que o planejamento operacional é da PM e que a atuação "na ponta" é da polícia. As declarações do secretário fizeram aumentar os rumores ontem à noite de que haveria troca no comando-geral da

PM, até ontem sob responsabilidade do coronel César Kogut. Procurada pela FOLHA, a assessoria de imprensa da corporação negou qualquer troca e informou que o comando se pronunciará hoje sobre o assunto.

Francischini disse lamentar o episódio histórico. "Nós lamentamos. As imagens são terríveis. Nunca tinha imaginado que um confronto como esse terminasse de maneira tão lastimável, com vítimas de ambos os lados. Não podemos comemorar o quanto melhor, pior", disse Francischini na coletiva. Segundo ele, será instaurado um inquérito policial com todo o rigor necessário pra apurar qualquer tipo de abuso ou excesso cometido. O secretário afirmou já ter conversado com o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacóia, para designar um promotor de Justiça especialmente para acompanhar todos os atos nesse inquérito policial.

"Por outro lado, nós temos que fazer um inquérito que avalie a atuação desses grupos radicais que foram o grande

estopim desse confronto, infelizmente", disse. No entanto, o secretário evitou falar se houve ou não abusos, excessos ou desproporcionalidade na ação da polícia.

Durante a entrevista coletiva, Fernando Francischini mostrou vídeos com indícios de participação de "grupos radicais" - que incluem black blocs - no protesto. Segundo ele, o estopim da crise teria sido motivada por esses grupos. As imagens apresentadas ontem mostram jovens misturando um pó branco em garrafas de plástico, o que a polícia acredita que poderiam ser bombas de cal. Há ainda cenas de bloqueio de ruas e de manifestantes arremessando pedras e garrafas.

**CONTINUA**

05 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

#### DIREITOS HUMANOS

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná (OAB-PR), José Carlos Cal Garcia Filho, reafirmou que até às 23h30 da última quarta-feira "não houve notícia de apreensão de quaisquer artefatos" como pedras, paus e coquetel molotov. Segundo ele, foram lavrados termos circunstanciados que foram encaminhados ao Juizado Especial Criminal sem conter estes elementos, ou seja, estes artefatos. Segundo a Defensoria Pública do Estado do Paraná, nenhum dos 14 presos durante a manifestação da última quarta-feira em Curitiba era black bloc nem portava artefatos perigosos. Os presos foram professores, servidores ou estudantes.

# FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA—

05 MAI 2015

## Decisões judiciais

A demora no cumprimento das decisões judiciais sobre os professores - a que determina o retorno imediato às aulas e a que estabelece multas diárias - é um dos fatores que contribui para o estado de anomia e, conseqüentemente, drena energia a movimentos de contestação, assegurando-lhes uma aparência de força incontestável, como se dá também com a forma como o governo acata suas demandas como tem ocorrido historicamente, mormente nas últimas gestões. Decisões judiciais precisam ser cumpridas, sem o que a área é atingida pelo ceticismo.

Professores devem se reunir hoje em assembleia e precisam tomar consciência de que, se persistirem na beligerância, perderão o capital de solidariedade que receberam dos mais difusos setores da sociedade, institucionais ou não, por ocasião do massacre.

A batalha contra a "pedalada" previdenciária e fiscal deve prosseguir em outros fronts: no administrativo, acompanhando o andamento da tramitação do processo da Paranaprevidência no Ministério da Previdência, e no judicial buscando fatores passíveis de questionamento. Pegaria mal se adotassem outra postura já que pretendiam exatamente a moratória para aguardar o parecer ministerial, tese aliás que os senadores Roberto Requião e Gleisi Hoffmann defenderam junto aos deputados estaduais que, tomados pela cegueira de aprovar a medida para tirar o aliado patriarcal do sufoco, a rejeitaram.

Retornar às aulas tiraria essa aura falsa de radicalismo atribuída por Beto Richa aos mestres arregimentados. Órgãos independentes apoiam a causa dos professores no caso específico do confronto e do fundo de pensão: OAB, Arquidiocese da Capital, órgãos de direitos humanos e a Defensoria Pública que rejeita a invencionice de que os black-blocs estivessem comandando as manifestações.

Retornar às aulas seria um ato de lucidez nessa batalha e valorizaria as demais atitudes que tomassem no sentido pacífico, de reordenamento das coisas, e de não enfatizar o confronto, o que mostraria que o agressor foi um só: o governo em sua ânsia de fazer valer um artifício, danoso aos servidores da ativa e aposentados, para simular uma saída fiscal como se um ato mágico, uma espécie de abracadabra, estivesse salvando o Paraná, o que não é verdadeiro.

A manutenção da hostilidade, de outro lado, daria razão aos que enxergam no processo uma reanimação da CUT, braço sindical do PT e desse partido, e o objetivo claro de desviar a atenção das petrorroubalheiras criando cenários de dificuldades para governos tucanos como se dá aqui e em São Paulo.

## Água fria

A concessão de habeas corpus a presos da Lava Jato foi uma ducha fria nas expectativas da população que viu nessa decisão do STF um "afrouxamento" na luta contra a impunidade, o que decorre de um equívoco de que a prisão de longo prazo já é a condenação. E essa questão da demora em liberá-los foi vista como um meio de forçá-los à delação premiada como se dá no caso de Ricardo Pessoa, tido como o operador do cartel.

A audiência ontem de alguns deles demonstra que o procedimento criminal segue o seu curso inexorável, ainda que a medida liberadora desestímule delações.

## Folclore

O problema é o seguinte: se o secretário de Segurança, Fernando Francischini, é o Batman resta saber quem afinal é o Robin. O batmóvel, certamente, é aquele camburão que conduziu deputados e agora foi em cima dos professores.

05 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### - OPINIÃO DO LEITOR

#### Preço da prepotência

No início do ano, o governador Beto Richa tentou aprovar seu pacote de maldades, o que acabou resultando na paralisação dos servidores e na invasão da Assembleia Legislativa. Naquele momento ficou claro que apenas a boa vontade, o diálogo e a inteligência poderiam quebrar o impasse e evitar ações desastrosas. Na semana passada, a comprovação do desprezo, tanto do governo estadual quanto dos organizadores da greve, veio à tona em frente à Assembleia, com balas de borracha e selvageria. Lá dentro, o pacote foi aprovado por aqueles que acreditam na falta de memória do eleitor. Sabem que até o próximo pleito tudo poderá ser esquecido, até o uso desproporcional da força fará parte de um passado distante. Só vão sobrar as cicatrizes e as contas, essas últimas serão quitadas por servidores, professores, policiais e todo o povo paranaense. Esse é o preço da prepotência ou da burrice, podem escolher.

ROBERTO TEIXEIRA (empresário) - Londrina

#### PROCURANDO CULPADOS



- Vamos abrir um inquérito policial para descobrir em quem serve esta carapuça.

05 MAI 2015

## BEM PARANÁ

### Traiano diz que OAB é tendenciosa

O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Ademar Traiano (PSDB), classificou a ação da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR) como tendenciosa. De acordo com ele, a OAB deveria fazer algo em defesa da instituição que é a Assembleia e jamais teria feito qualquer ato neste sentido. "Não vi, nem li, nem ouvi nenhuma manifestação da OAB-PR em defesa do Poder Legislativo na ocupação ocorrida em fevereiro. A instituição precisa ser preservada. Eu tenho uma nota de repúdio a eles neste sentido. Se a gente não pode exercer aqui o nosso papel, que é o mandato outorgado a nós pela população, daqui a pouco todo e qualquer ato de rebeldia contra o Poder Legislativo vai ser possível", disse Traiano, indignado.

A indignação de Traiano tem como pano de fundo a manifestação da OAB-PR contra o que classificou como "massacre" da Polícia Militar contra os professores em greve no Centro Cívico, na tarde da última quarta-feira. Nota intitulada como "A democracia de luto" expressa o repúdio da diretoria da OAB pelas cenas de violência onde cerca de 200 pessoas ficaram feridas. "A truculência já resulta em feridos. Basta!", diz a nota.



05 MAI 2015

## O ESTADO DE S. PAULO

### Secretário de Richa culpa PM por ação que feriu docentes

● Cinco dias após a ação da Polícia Militar que deixou 213 professores e 21 policiais feridos, o secretário de Segurança do Paraná, Fernando Francischini, rompeu ontem o silêncio e se posicionou pela primeira vez. "Não tem justificativa para o que aconteceu. As imagens são terríveis e nada justifica", disse.

Em entrevista coletiva, Francischini afirmou que a PM é responsável pela ação, que foi criticada por entidades ligadas aos direitos humanos, pela Presidência da República e até por aliados do governador Beto Richa (PSDB).

"O controle de uma operação de campo é da polícia. A secretaria é responsável por fazer a gestão da pasta. Isso é tentar politizar a questão", afirmou.

Francischini disse que há vídeos que mostram que havia grupos radicais na manifestação de quarta-feira passada, quando a polícia prendeu 14 pessoas. A Associação dos Defensores Públicos do Paraná e a Ordem dos Advogados do Brasil do Paraná (OAB-PR), que acompanharam as detenções, informaram que nenhum dos detidos foi identificado como black bloc.

"Temos duas obrigações. A primeira é instaurar um inquérito com todo o rigor necessário. A segunda é que temos de avaliar a atuação dos grupos radicais, que foram o grande estopim do movimento policial." / JULIO CESAR

LIMA, ESPECIAL PARA O ESTADO

05 MAI 2015

GAZETA DO POVO

# Francischini nega ter sido responsável pela “batalha” do Centro Cívico

Secretário disse que execução foi toda de responsabilidade da PM e que episódio foi “lamentável”. Mas culpou “radicais” pelo ocorrido

Chico Marés

¶ Cinco dias depois da ação policial que deixou mais de 200 manifestantes feridos no Centro Cívico, o secretário estadual de Segurança Pública, Fernando Francischini, se pronunciou sobre o caso nesta segunda-feira (4) e negou ser responsável pela operação. Segundo ele, todo o planejamento e execução foi de responsabilidade do comando da Polícia Militar (PM). Francischini disse que “lamenta” os feridos, mas ressaltou que aguarda investigações para saber se houve desproporcionalidade na ação da PM. E responsabilizou “grupos radicais” infiltrados dentre os professores pelo episódio.

Segundo Francischini, o controle da operação foi de responsabilidade do comando da PM — o comandante geral é o coronel César Vinícius Kogut. “O controle de uma operação de campo é da polícia. A secretaria é responsável

por fazer a gestão da pasta. Isso [atribuir diretamente à secretaria a responsabilidade] é tentar politizar a questão”, afirmou. Ele repetiu que a PM cumpriu uma “ordem judicial”, e que não partiu da secretaria a ideia de bloquear o acesso à Assembleia.

Francischini disse ainda que “nada justifica” o episódio. “Nós lamentamos. As imagens são terríveis. Nunca se imaginava que um confronto como esse terminaria de maneira tão terrível, com vítimas de ambos os lados. Não podemos comemorar o quanto pior, melhor”, disse. Ele afirmou que haverá um inquérito policial, “com todo o rigor necessário”, para apurar qualquer tipo de abuso cometido — que será acompanhado pelo Ministério Público Estadual (MP).

Francischini evitou, porém, falar se houve ou não abuso, excesso ou mesmo desproporcionalidade na ação. “Só o resultado do inquérito policial poderá afirmar quem abusou e se houve abuso, de ambas as partes”, disse. Francischini também negou que algum policial tenha se negado a participar da operação, ou que tenha sido preso por causa disso, conforme chegou a ser noticiado.

## Black blocs

O secretário fez essas afirmações durante entrevista coletiva, na sede da secretaria, na qual apresentou vídeos com indícios da participação de “grupos radicais” — incluindo “black blocs” — no protesto. Ele disse que o “estopim” da crise foram esses grupos. Foram apresentados diversos vídeos e fotografias que, para a secretaria, seriam “evidências” de que o confronto teria sido causado pelos black blocs.

Entretanto, os indícios são pouco conclusivos. Por exemplo: as filmagens mostram jovens misturando um pó branco em garrafas d’água, o que, na interpretação da polícia, poderia ser a manufatura de bombas de cal. Porém, não há registro de policiais feridos por esse artefato até o momento. Além disso, vários manifestantes já portavam, desde a madrugada, garrafas com água e bicarbonato de sódio — solução usada para amenizar os efeitos de bombas de gás lacrimogêneo.

Os policiais mostraram também imagens de convocações feitas em redes sociais por black blocks. Há também cenas de grupos organizando ações durante o protesto — mas, como não há áudio, não é possível saber o que são essas ações, ainda mais se elas seriam ilegais ou violentas.

CONTINUA

## CONTINUAÇÃO

Há cenas mais nítidas de bloqueios de vias, de alguns manifestantes arremessando pedras e garrafas na PM depois das bombas de gás lacrimogêneo terem sido jogadas e da derrubada da grade de proteção, momento em que o confronto teria sido iniciado.

Colaborou Diego Ribeiro.

## CLIMA QUENTE NA SEGURANÇA

O clima entre os gestores da segurança no Paraná esquentou na tarde desta segunda-feira (4) após Fernando Francischini ter jogado a responsabilidade pelo confronto do Centro Cívico para a PM. O comandante-geral da polícia, coronel César Vinícius Kogut, chegou a ir até uma reunião no Palácio Iguazu à tarde. Especulou-se que o motivo seria sua saída do cargo. Até o fechamento desta edição, Kogut não se pronunciou sobre o tema. E nenhuma fonte confirmou sua saída.

## DECRETO ESTADUAL

### Após confronto, Richa regulamenta uso de armas não letais

O governador Beto Richa (PSDB) assinou nesta segunda-feira (4) um decreto que regulamenta o uso de munições não letais pela Polícia Militar (PM). O decreto determina que o uso de gás lacrimogêneo ou de pimenta só pode ser usado após "esgotadas as possibilidades de verbalização ou controle de contato [imobilização]". Já as balas de borracha devem ser utilizadas apenas após esgotadas as possibilidades de controle da multidão com gás ou em momentos em que "a agressão do infrator seja iminente". Além disso, os policiais terão de passar por treinamento formal para utilizar esses equipamentos. O decreto determina também que as balas de borracha devem ser miradas na "região das pernas do infrator". Segundo o governo, o objetivo do decreto é "reduzir os casos de uso da força física direta nas intervenções, por meio de emprego tático desses materiais não letais". O texto não trata do uso de animais – na quarta-feira (29), o uso de cães da raça pitbull causou polêmica, pois o deputado Rasca Rodrigues (PV) e um cinegrafista de tevê foram mordidos por cachorros da PM. Segundo o secretário de Segurança, Fernando Francischini, há muito tempo se discute a regulamentação da utilização de armamentos não letais no Congresso, mas o debate pouco avançou. Por causa disso, o Paraná decidiu regulamentar por conta própria essa questão até que haja uma posição da União sobre o tema.

Já na Assembleia Legislativa, parlamentares apresentaram três projetos de lei para proibir o uso de cães e cavalos para conter manifestações populares. Um deles, do deputado Tercílio Turini (PPS), ainda proíbe a utilização de balas de borracha nesses casos e estabelece que o descumprimento da regra seja considerado transgressão disciplinar. "É uma forma de conter excessos e evitar a repetição de conflitos com vítimas", diz a justificativa da proposta. "Para que o Paraná seja exemplo de respeito aos cidadãos e não de tratamento violento e truculento."

## CONTINUA

05 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Carreira de secretário é cheia de controvérsias

Estadão Conteúdo

A entrevista do secretário da Segurança, Fernando Francischini, ocorreu ao mesmo tempo em que ele vinha sendo alvo de fortes críticas e de ser responsabilizado pelos excessos da Polícia Militar durante a manifestação de professores que terminou com ao menos 213 feridos, na última quarta-feira (29). Além das críticas da oposição, integrantes do PSDB, partido do governador Beto Richa, também passaram a criticá-lo.

O deputado federal Valdir Rossoni (PSDB-PR), ex-presidente da Assembleia Legislativa e presidente estadual do PSDB do Paraná, publicou uma nota no domingo na qual, sem citar o secretário nominalmente, pede que o governador exonere os “responsáveis pelas atitudes desmedidas”.

Com seu estilo extravagante e para muitos truculento, Francischini, também é alvo de críticas dentro da pró-

pria PM. “Estou extremamente preocupado. Ele está introduzindo uma cultura de violência na corporação”, diz o coronel da reserva da PM Elizeo Furquim, presidente da Associação de Defesa dos Direitos dos Militares do Paraná (Amai).

Aos 45 anos, o deputado federal licenciado, ex-oficial do Exército e da Polícia Militar do Paraná e delegado da Polícia Federal, Francischini coleciona controvérsias. Em 1996, foi alvo de um processo interno na PM por agredir um jovem motorista que fazia manobras arriscadas no Batel, em Curitiba. Dois anos depois, o caso foi arquivado.

No ano seguinte, já como subcomandante do Comando de Operações Especiais da PM, foi novamente alvo de inquérito no episódio que resultou nas mortes de quatro jovens suspeitos de praticar assaltos. Um inquérito foi aberto para apurar a suspeita de que houve execução das vítimas. O caso foi arquivado em 1998, quando Francischini passou no concurso para a Polícia Federal.

Graças à sua atuação na prisão do traficante colombiano Juan Carlo Abadia, ganhou a notoriedade nacional, que alavancou sua carreira política.

“O controle de uma operação de campo é da polícia. A secretaria é responsável por fazer a gestão da pasta. Isso [atribuir diretamente à secretaria a responsabilidade] é tentar politizar a questão.”

“Só o resultado do inquérito policial poderá afirmar quem abusou e se houve abuso, de ambas as partes [da Polícia Militar e dos manifestantes].”

“Nós lamentamos. As imagens são terríveis. Nunca se imaginava que um confronto como esse terminaria de maneira tão terrível, com vítimas de ambos os lados. Não podemos comemorar o quanto pior, melhor.”

Fernando Francischini, secretário estadual da Segurança Pública.

# GAZETA DO POVO

## CELSO NASCIMENTO

05 MAI 2015

### No mato sem pitbull!

**É** de credibilidade a maior crise que o Paraná vive nestes dias conturbados. Não há como aceitar a hipocrisia e até mesmo o cinismo com que determinadas autoridades, que deveriam zelar pelo respeito a si próprias e à população, insistem em buscar a todo custo se eximir de responsabilidade pelos tristes acontecimentos do dia 29.

Nesta segunda-feira (4), o secretário de Segurança Pública, depois de cinco dias desaparecido dos holofotes frente aos quais costumeiramente se compraz em se exhibir, deu sua primeira coletiva a respeito do massacre dos professores. Lamentou o episódio, segundo ele injustificável — mas pôs a culpa nas costas do comandante da Polícia Militar, isentando-se de qualquer compromisso moral com os 213 feridos pelas balas de borracha, bombas, cães e cassetetes.

Para o secretário Fernando Francischini, o cargo que ocupa o obriga tão somente a fazer a gestão administrativa da pasta; já as operações de caráter militar são de responsabilidade do comandante da corporação. Aliás, o comandante, coronel César Vinícius Kogut, já a havia assumido dias antes e isentado o secretário. Houve, portanto, reciprocidade no posicionamento de ambos — mas faltou coerência ao secretário que, até antes do dia 29, jactava-se de ser o autor, gestor e comandante em chefe de todas as façanhas policiais para “tirar os bandidos das ruas”. Por que logo desta grande operação que tirou professores das ruas ele não teve responsabilidade alguma?

Se antes a credibilidade do secretário já se aproximava da altura de um rodapé, piorou quando insistiu — tal qual fazia o tresloucado Dom Quixote contra os moinhos de vento — em acusar meia-dúzia de imaginários black blocs empunhando pamonhas pela deflagração da generalizada e desastrada operação de lançar bombas e balas, de modo aleatório, contra cinco mil pessoas cercadas e desarmadas.

A falta de credibilidade atinge também o governador do estado. Ou, mais do que isto, atinge-lhe algum grau de alienação da realidade quando parece conformado com as

explicações disparatadas que lhe dão. Ou, então, lhe falta ânimo para exercer a autoridade que o povo entregou a ele para afastar imediatamente os que estiveram no comando, direto ou indireto, da batalha campal. Vai esperar o resultado do inquérito? Daqui a 30 dias? Da sindicância dentro da própria Polícia Militar? Não viu as imagens do terror na televisão? Ou está à espera, como confidenciou nesta segunda-feira uma fonte da coluna, que o secretário da Segurança peça a conta? Quando ele falava em choque de gestão estava se referindo ao Batalhão de Choque da PM?

A sonolência de Beto Richa cobra-lhe preço alto. Ele já não precisa mostrar o rosto para que estádios e plateias de teatro irrompam em xingamentos impublicáveis. Há algo de muito errado quando se vê um governador com dificuldades até mesmo para despachar no próprio gabinete no Palácio Iguazu, preferindo o esconderijo do Chapéu Pensador. Terá ele, então, a partir de agora, coragem de ir ao shopping, ao barbeiro, sair à rua? Conclui-se que está no mato sem pitbull, com dificuldades insuperáveis para recuperar a imagem que vendeu por tanto tempo.

**CONTINUA**

05 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

A sonolência que o leva ao descrédito, tira-lhe também a aura do poder de que está investido. A ponto de ter de se ser chamado a acordar pelos seus próprios aliados. Como foi o caso do presidente estadual do PSDB, deputado Valdir Rossoni, que postou mensagem nas redes sociais e com ele falou pessoalmente aconselhando-o a afastar os secretários da Educação e da Segurança. A resposta que Rossoni recebeu do governador foi nenhuma — ou melhor, foi uma enxurrada de xingamentos chiulos que infestou o facebook do deputado, aparentemente sob orquestração dos porões.

Num primeiro momento, assustado, Rossoni retirou a postagem — mas manteve a opinião e, nesta segunda à noite, devolveu o mesmo texto, com todas as vírgulas, à sua página.

05 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## Traiano ataca a OAB por se posicionar contra Assembleia

O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Ademar Traiano (PSDB), criticou nesta segunda-feira (4) a Ordem dos Advogados do Brasil no estado (OAB-PR) por supostamente não se posicionar a favor da Casa, que é a "mola mestra da democracia". Ele afirmou que, quando o Legislativo foi ocupado em fevereiro, a entidade não divulgou qualquer nota em defesa da Assembleia "enquanto poder constituído e instituição democrática". "A Ordem gosta muito de fazer nota de repúdio e mais nada", disse. Procurado por meio da assessoria de imprensa, o presidente da OAB-PR, Juliano Breda, informou que não iria comentar as declarações. Em nota divulgada na semana passada, a OAB classificou os confrontos no Centro Cívico como "massacre" e pediu um "basta" ao uso da violência em nome da democracia.

## DIREITOS HUMANOS

### Richa e Francischini são convidados para audiência no Senado

Chico Marés

A Comissão de Direitos Humanos do Senado fará uma audiência pública para discutir a ação policial da semana passada que deixou 213 feridos no Centro Cívico. A audiência será nesta quarta-feira (6), às 9h, e terá transmissão ao vivo no site do Senado. O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), e o secretário de Segurança Pública, Fernando Francischini foram convidados. A reunião foi solicitada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão, e subscrita por outras três senadoras petistas – entre elas, Gleisi Hoffmann, que é integrante titular do colegiado. Além de Richa e Francischini, foram convidados o chefe da Casa Militar do governo, Adilson Casitas, o ministro de Direitos Humanos, Pepe Vargas (PT), e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) e da Anistia Internacional. Por se tratar de um convite, e não de uma convocação, cabe aos convidados a decisão de participar ou não da audiência. Nesta segunda-feira (4), Francischini disse que irá prestar seu depoimento para a comissão, mas informou que ainda não havia recebido o convite. A assessoria de imprensa do governo confirmou que o convite foi entregue a Richa. Entretanto, por razões de agenda, ele decidirá somente na quarta se vai ou não a Brasília para a reunião.

05 MAI 2015

GAZETA DO POVO

# Veneri acusa Sciarra de mandar PM "meter bomba"

Líder da oposição diz que chefe da Casa Civil ordenou os ataques por telefone.

Secretário nega

| *Euclides Lucas Garcia*

Na primeira sessão da Assembleia Legislativa do Paraná após os confrontos no Centro Cívico, o líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), acusou o chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, de ter orientado a polícia a atacar os manifestantes. Segundo o petista, num momento em que os policiais estariam recuando, Sciarra teria dito ao telefone "meta bomba, meta bomba". O secretário classificou a acusação como absurda e disse que vai interpor judicialmente o parlamentar petista.

Assim como no dia da batalha campal na Praça Nossa Senhora de Saete, os deputados governistas silenciaram nesta segunda-feira (4) sobre o ocorrido. Já os oposicionistas se revezaram na tribuna para criticar a ação do governo. Para Veneri, o Executivo é covarde e cínico ao dizer que os policiais perderam o con-

trole da ação. "A responsabilidade é de quem ordenou a operação e ela tem nome e sobrenome: Carlos Alberto Richa e Fernando Francischini."

Na sequência, ele também citou Sciarra, ao dizer que o secretário acompanhava os confrontos do 8.º andar do anexo da Assembleia e, ao telefone, teria ordenado que bombas fossem jogadas sobre os servidores.

À reportagem, Sciarra disse que nem sequer falou ao celular enquanto esteve na Assembleia e garantiu que as pessoas que estavam com ele poderão confirmar os fatos. O secretário mencionou que não participou em nenhum momento da operação da PM e que apenas assistia aos confrontos do alto do prédio. "Esse é o mesmo Tadeu Veneri que disse naquele dia que dois professores tinham morrido", rebateu Sciarra.

## **Crítica de dentro**

Único governista a comentar os fatos da semana passada, o líder da base aliada, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), reafirmou que o debate sobre a previdência foi amplo e democrático. E defendeu que a Assembleia tinha o direito de votar a proposta. O peemedebista, no entanto, reconheceu

que a situação "fugiu completamente da expectativa". Segundo ele, era esperada uma votação tensa, mas não uma repressão na intensidade que ocorreu. "Nada justifica. Foi descabido o volume de bombas, de balas de borracha. Foi impensável o excesso com que as manifestações foram respondidas", lamentou. Classificando os episódios da última quarta-feira (29) como infames, o parlamentar afirmou que o clima na Assembleia desde então é de velório. "Todos nós perdemos nesse processo."

A repercussão negativa dos confrontos pode, inclusive, custar a liderança do governo a Romanelli. Em reunião na noite desta segunda-feira (4), a Executiva estadual do PMDB aprovou resolução que proíbe filiados da legenda de ocuparem cargo ou função de confiança no governo, enquanto ele for comandado pelo PSDB, sob pena de suspensão das atividades partidárias. Outro peemedebista atingido pela decisão é o ex-governador Orlando Pessuti, nomeado recentemente diretor administrativo do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Eles terão 30 dias para deixar as funções.

05 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## COLUNA DO LEITOR

### **Batalha no Centro Cívico 1**

Ao contrário do governo do Paraná, a OAB e a Defensoria Pública não registraram a presença de black blocs no Centro Cívico (**Gazeta**, 2/5). Esperemos que ao final dos inquéritos, com acompanhamento do Ministério Público, essas divergências sejam esclarecidas. De certo mesmo ficou a repercussão negativa dos fatos ocorridos em 29 de abril.

Harry Carlos Herbert

### **Batalha no Centro Cívico 2**

Classificar as barbáries ocorridas no Centro Cívico como atitudes políticas é, no mínimo, uma ideia insana. Os manifestantes buscavam diálogo sobre a previdência, para que as medidas a serem adotadas não viessem prejudicar as aposentadorias dos servidores. Mas o governo do estado não possui tempo para dialogar, pois não tem recursos para honrar a folha de inativos do fundo financeiro. O problema foi ele que criou, em 2012, pois agregou mais servidores aposentados para o fundo. Nada disso justifica as atitudes antidemocráticas do governador e dos policiais militares, que feriram mais de 200 servidores que ali estavam para preservar seus direitos.

Luiz Antonio Zeni Trevisan

### **Batalha no Centro Cívico 3**

Os cachorros que participaram da ação no Centro Cívico foram mal treinados e ficaram assustados. É natural isso acontecer, ainda mais com bombas e gás de pimenta por toda a parte. Se fossem bem treinados, isso seria evitado ou mesmo não usariam raças inadequadas. A PM vai culpar os cães pelo que aconteceu aos professores?

Denison Bachega

### **Paranaprevidência 1**

Minha visão dessa polêmica é de que o projeto de lei aprovado pela Assembleia fere os direitos dos funcionários estaduais (**Gazeta**, 2/5), pois interfere na Paranaprevidência. Cabe aos sindicatos que representam as categorias entrar na Justiça com um pedido de inconstitucionalidade da lei aprovada pelos deputados estaduais. O próprio MP deveria tomar essa iniciativa.

Roni Antonio Garcia da Silva,  
administrador e professor universitário

### **Paranaprevidência 2**

A população em geral deve defender a mudança trazida pela lei. A previdência dos servidores públicos é contributiva e solidária; a responsabilidade de sustentar os aposentados é dos servidores ativos, e não do povo. Não se estava "roubando dos servidores", mas tentando tirar o ônus da previdência pública das costas dos contribuintes paranaenses. Se

o governador tivesse transmitido essa informação à população, a tragédia no Centro Cívico teria sido evitada.

Marcelo Henrique da Silva

05 MAI 2015

## FOLHA DE S. PAULO

# Gusto do homicídio

De 2002 a 2012, 303.187 mil jovens foram assassinados no Brasil. Tais mortes não apenas provocaram inúmeros dramas familiares como também representaram perda irreparável para o país, que se viu privado de considerável contingente populacional cuja vida produtiva acabara de começar.

Reportagem publicada pelo jornal "Valor Econômico" indica o impacto dessa tragédia para a economia brasileira. De acordo com estimativa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o país desperdiçou, somente em 2014, R\$ 88 bilhões (ou 1,6% do PIB) em decorrência dos homicídios de pessoas que têm de 15 a 29 anos.

Para chegar a essa cifra consternadora, os autores do estudo consideraram apenas o capital humano arruinado — isto é, o quanto esses brasileiros ainda poderiam ter produzido e consumido se tivessem permanecido vivos. Não se levam em conta, nesse caso, recursos despendidos com saúde e segurança, por exemplo.

Tantas mortes se inserem no contexto dos altos índices de violência nacional. O país ostenta uma taxa epidêmica que supera os 25 homicídios por 100 mil habitan-

tes, dentre as 15 maiores do mundo. Mais da metade (53%) dos cerca de 55 mil assassinatos anuais atinge diretamente os jovens.

Preocupante em si, o efeito desse extermínio é agravado pela transição demográfica em curso. Em 2010, calcula o Ipea, o Brasil atingiu seu pico populacional na parcela de 15 a 29 anos, o que significa um total de 51 milhões pessoas.

Esse segmento deverá começar a diminuir de tamanho a partir de meados da década de 2020. Estima-se que, em 2050, tenha sido reduzido a cerca de 35 milhões.

Assim, não é difícil constatar o papel crucial que os jovens de hoje terão no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Jamais a força de trabalho superará a atual.

É uma tragédia que a violência continue tirando a vida de tantos brasileiros no momento em que o país se depara com a necessidade de aumentar a produtividade da economia, a fim de enfrentar os desafios demográficos do futuro — a começar pela Previdência.

Se investir na qualificação da população surge como medida estratégica e urgente, há uma tarefa ainda mais básica e premente a ser cumprida: manter os jovens vivos.

05 MAI 2015

# FOLHA DE LONDRINA

## Ex-chefe da Receita fica calado durante interrogatório

Conduzido ao Gaeco por ordem judicial, Márcio de Albuquerque Lima teria relação com empresas do esquema de sonegação fiscal em Londrina

Loriane Comeli  
Reportagem Local

O auditor Márcio de Albuquerque Lima, acusado de ser o chefe da organização criminosa que agia na Receita Estadual de Londrina operando um esquema de cobrança de propina de empresários que sonegavam impostos, interrogado ontem pela manhã pelo delegado do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Alan Flore, preferiu manter-se calado durante uma hora e meia, aproximadamente. O delegado não revelou o tema do interrogatório e tampouco as perguntas feitas a Lima, limitando-se a afirmar que “a vinda do Márcio aqui atende a uma medida postulada pelo Ministério Público na cota que acompanhou a denúncia para esclarecer algumas questões”.

*Empresas de organização criminosa estão em nome de 'laranjas'*

Na cota, os promotores que atuam no Gaeco solicitaram o aprofundamento das investigações de várias situações possivelmente ilícitas reveladas pela operação Publicano, que envolve 15 auditores da Receita de Londrina. Uma das possíveis situações ilícitas, conforme o documento anexo à denúncia, é uso de duas empresas “para sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e pagamento de propinas” que teriam “ligação direta com Márcio de Albuquerque Lima”, que já delegado-chefe da Receita de Londrina e inspetor-geral de fiscalização da Receita do Paraná, cargo que passou a ocupar em junho do ano passado e no qual per-

maneceu até poucos dias antes da Operação Publicano. Segundo a cota, há “indícios consistentes de que tais empresas são ligadas à organização criminosa e estão em nome de ‘laranjas’”.

Lima, cuja prisão foi decretada em 20 de março, ficou foragido 40 dias. Apresentou-se na quarta-feira passada e somente não foi ouvido na quinta-feira porque recusou-se a ir ao Gaeco. A recusa gerou um impasse entre o Gaeco, que defendia a obrigação da unidade prisional (a unidade dois da Penitenciária Estadual de Londrina) de apresentar Lima e a direção da PEL 2, que sustenta não poder obrigar o preso a atender um chamado da polícia.

**CONTINUA**

05 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

De fato, a razão estava com o Gaeco que, após ofício à juíza da 3ª Vara Criminal, Deborah Penna, obteve uma decisão, de caráter geral, afirmando que a unidade é a responsável por apre-

sentar os presos. "Não foi um pedido de condução coercitiva, que só vale para pessoas livres.

O preso não tem essa prerrogativa. Deve obedecer as regras do sistema prisional", explicou o delegado do Gaeco. "O que fizemos foi informar a Justiça de que a unidade não havia apresentado o preso e queríamos uma decisão de caráter geral para atender a todas as situações como essa", afirmou Flore. Recentemente, outro preso da Operação Publicano, o auditor Luiz Antonio de Souza, recusou-se a ser levado ao Gaeco. Somente no dia seguinte, acabou cedendo.

A mulher de Lima, Ana Paula Pelizari Marques de Lima, auditora fiscal e apontada como uma das líderes da organização, está foragida, assim como o auditor Miguel Arcanjo Dias. Outros dez auditores estão presos. Dois não tiveram a prisão decretada.

05 MAI 2015

O ESTADO DE S. PAULO

# Dono da UTC fica em silêncio diante de juiz da Lava Jato

Apontado como chefe do cartel de empresas na Petrobrás prefere não falar; dupla de delatores da Camargo Corrêa confirma propina

**Ricardo Brandt**

ENVIADO ESPECIAL / CURITIBA

**Fausto Macedo**

**Julia Affonso**

O empreiteiro Ricardo Pessoa, dono da UTC Engenharia, ficou em silêncio ontem no depoimento ao juiz federal Sérgio Moro, que conduz as ações penais da Operação Lava Jato. Apontado como o “presidente” do “clube vip” das construtoras que formaram cartel para assumir o controle de contratos bilionários da Petrobrás, Pessoa foi intimado para depor nos autos do processo em que é acusado por corrupção e lavagem de dinheiro.

Ele foi preso no dia 14 de novembro do ano passado, na sétima fase da Lava Jato e chegou a negociar uma delação premiada com o Ministério Público Federal, mas o acordo não foi fechado. Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal acolheu pedido de habeas corpus do advogado Alberto Zacharias Toron, que defende o empreiteiro, e revogou o decreto de prisão preventiva.

O Supremo, por 3 votos a 2, autorizou Pessoa a ficar em regime de prisão domiciliar, mas sob monitoramento de tornozeleira eletrônica e outras restrições – o benefício foi estendido a outros oito executivos.

A força-tarefa da Lava Jato atribuiu a Pessoa o papel de coordenador do cartel de empreiteiras que pagava de 1% a 3% em contratos da Petrobrás, por meio de diretores indicados pelo PT, PMDB e PP, que tinham como destino

partidos e políticos. O prejuízo estimado até agora à estatal petrolífera é de R\$ 6 bilhões, desviados entre 2004 e 2014.

Pessoa ficou em silêncio por uma estratégia de sua defesa. “Entendemos que era aconselhável o senhor Ricardo Pessoa se manter em silêncio porque estamos coletando novas provas para mostrarmos sua inocência”, declarou Toron. Segundo o advogado, até que “esses novos elementos estejam maduros”, a opção foi orientá-lo a “permanecer calado”. Toron não revelou quais são os “novos elementos”.

A Justiça Federal em Curitiba deu início ontem aos interrogatórios formais dos 25 dirigentes e funcionários de seis empreiteiras – além da UTC, a Camargo Corrêa, Engevix, Galvão Engenharia, Mendes Júnior e OAS – que são réus em cinco ações penais. É a primeira vez que os executivos prestam depoimento a Sérgio Moro. O juiz federal começa a partir de junho a sentenciar os réus ligados às empreiteiras.

Também ouvidos ontem, o ex-presidente da Camargo Corrêa Dalton Santos Avancini e o ex-vice-presidente Eduardo Leite confirmaram que a empreiteira pagou R\$ 110 milhões em propinas por contratos com as diretorias de Serviços e de Abastecimento da Petrobrás ao longo de seis anos, de 2007 a 2012. As diretorias eram comandadas, respectivamente, por Renato Duque – indicado pelo PT – e Paulo Roberto Costa – indicação do PP na estatal.

Leite revelou que, na assina-

tura dos contratos, a empreiteira tinha que “sinalizar com aceitação” de acertos. “Essa informação da área comercial, o número que se fala é entorno de R\$ 110 milhões, que foram pagos pela Camargo de propina”, afirmou Avancini.

Os dois executivos firmaram acordo de delação premiada com os investigadores da Lava Jato em março. Eles foram ouvidos e receberam o direito a cumprir prisão preventiva em regime domiciliar.

05 MAI 2015

# O ESTADO DE S. PAULO

## Justiça absolve acusados por tragédia da TAM

Executivos da empresa e a ex-diretora da Anac Denise Abreu respondiam pelo acidente que deixou 199 mortos em SP; famílias lamentam decisão

Fausto Macedo

A Justiça Federal absolveu os três acusados no processo do acidente com o Airbus A-320 da TAM que matou 199 pessoas em Congonhas, na capital, no dia 17 de julho de 2007. Foram absolvidos o então diretor de Segurança de Voo da TAM, Marco Aurélio dos Santos de Miranda e Castro, o vice-presidente de Operações da TAM, Alberto Fajerman, e Denise Maria Ayres Abreu, que, na época, ocupava o cargo de diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Ainda cabe recurso.

A sentença, do dia 30 de abril, é do juiz Márcio Assad Guardia, da 8.ª Vara Criminal da Justiça Federal em São Paulo. O magistrado não acolheu denúncia da Procuradoria da República de que os três acusados teriam agido dolosamente (com intenção). A Procuradoria pedia a condenação dos três réus por violação aos artigos 261 (expor a perigo embarcação ou aeronave) e 263 (lesão corporal ou morte no acidente).

“De acordo com as premissas apresentadas pelo órgão acusatório (*Ministério Público Federal*), seria possível imputar a responsabilidade penal pelo sinistro ocorrido em 17 de julho de 2007 a um contingente imensurável de indivíduos, notadamente pela quantidade e pelo grau de desvirtuamento apresentados no curso do processo”, destacou Guardia. Em um dos pontos de sua argumentação final, o juiz fala até em “distorção e invencionice” no tocante à imputação original.

Ao rejeitar a acusação, o juiz decidiu absolver os três réus “por atipicidade das condutas imputadas”. Segundo Guardia, “limitou-se o Ministério Público Federal a afirmar que não foi

### ● Decisão custosa

“É um processo difícil, mas tudo o que acompanhei mostra que o acidente poderia ter sido evitado. Não podemos deixar que essa tragédia se repita. A decisão é custosa para as famílias.”

Dario Scott

PRESIDENTE DA AFAVITAM

realizada, nem pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) nem pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) uma ‘inspeção formal’ (na pista de Congonhas) após o término das obras, a fim de atestar suas condições operacionais”.

A defesa dos executivos da TAM destacou que eles não tinham a atribuição de interdição da pista nem como evitar o acidente. Também foi inserido pelos advogados o relatório final da Polícia Federal que aponta que a tragédia “teve como fator determinante a operação incorreta dos manetes de empuxo por parte da tripulação”.

**Familiares.** A Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo TAM JJ3054 (Afavitam) criticou a decisão da Justiça Federal. “Nós não estamos de acordo com a sentença. Acreditamos que o que foi apresentado quanto à responsabilidade desses três estava muito evidente”, afirma o presidente da associação, Dario Scott, de 52 anos, que perdeu a filha na tragédia.

“Vamos entrar em contato com o nosso advogado e o processo vai continuar correndo. Pessoalmente, não posso deixar impune pessoas que poderiam ter livrado a minha filha de um fim trágico simplesmente porque um juiz acha que eles não têm responsabilidade”, diz Scott.

O jornalista Roberto Gomes, de 60 anos, que perdeu o irmão, afirma que ficou decepcionado com a decisão. “Nunca imaginei que eles (os réus) seriam presos, mas eu tinha a expectativa de que fossem condenados para que servissem de exemplo para empresários e para o setor de serviços e transportes em geral, não apenas para a aviação”. / COLABOROU MÔNICA REOLOM

REOLOM

05 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## » CORRUPÇÃO

### Ex-chefe da Receita Estadual fica em silêncio em depoimento

O advogado do ex-inspetor-geral de fiscalização da Receita Estadual do Paraná Márcio de Albuquerque Lima, disse que seu cliente só deve se manifestar em juízo. A declaração do advogado Douglas Maranhão foi dada na manhã desta segunda-feira (4), após Lima deixar a sede do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), onde permaneceu em silêncio. A postura é a mesma adotada pelos demais funcionários da Receita presos na Operação Publicano. Lima é acusado de chefiar um esquema de corrupção na Receita Estadual.

Na quinta-feira (30), Lima se recusou a ir ao Gaeco. Nesta segunda, ele foi encaminhado para depoimento por ordem judicial. O ex-inspetor-geral se entregou no 6.º Distrito Policial após ficar quase 50 dias foragido. A prisão de Lima foi decretada em 20 de março, quando foi deflagrada a Operação Publicano.

Em entrevista coletiva concedida nesta segunda, o delegado do Gaeco Alan Flore esclareceu a polêmica sobre a recusa de Márcio de Albuquerque Lima de comparecer ao depoimento. Flore afirmou que não foi pedida uma condução coercitiva para que o ex-inspetor-geral de fiscalização da Receita Estadual comparecesse para depor. “Não é condução coercitiva, essa é uma medida adequada para quem está em liberdade. Ele [Lima] está privado de sua liberdade, está na condição de preso e deve obedecer às regras do sistema prisional”, declarou Flore.

Ele explicou ainda que o Gaeco informou ao juiz da Vara de Execuções Penais (VEP), Katsujo Nakadomari, sobre a recusa de Lima de ir depor e pediu que o juiz determinasse que a Penitenciária Estadual de Londrina II (PEL II) acatasse todas as requisições para que os presos fossem conduzidos para depor. Flore afirmou que dessa vez o auditor fiscal não ofereceu resistência.

Lima é companheiro do governador Beto Richa (PSDB) em provas de automobilismo e ascendeu a inspetor-geral de fiscalização da Receita na gestão do tucano. Segundo o Gaeco, a “organização criminosa” se tornou mais ousada quando Lima ocupou a chefia da fiscalização no estado.

05 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

» SUPERLOTAÇÃO

## Estado cumpre ordem judicial e esvazia o 11.º DP

Rodrigo Batista

A carceragem do 11.º Distrito Policial, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), foi esvaziada na última quinta-feira (30). Dos 80 presos que estavam até aquele dia na carceragem, que tinha capacidade para 38 pessoas, 70 foram para o sistema penitenciário e 10 para outros distritos da capital. A retirada de presos atende a uma ordem da Justiça, devido à falta de condições para a manutenção de detentos naquele espaço.

A decisão judicial atendeu a uma ação civil pública da Defensoria Pública do Paraná (DPPR), que realizou vistoria nas celas e constatou a condição de insalubridade em que os presos eram mantidos. Os detentos estavam em um espaço superlotado, sem ventilação e sem a possibilidade de banhos de sol. Muitos deles, segundo a defensoria, estariam doentes e não haveria condições de tratamento para eles.

Segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp), desde que foi notificada pela Justiça, em abril, a pasta cumpriu a determinação para que a carceragem não recebesse mais detentos, até que fosse feita a remoção dos presos que ainda permaneciam no local. De acordo com a Sesp, os dez presos que foram para outras delegacias não têm ordem judicial para serem encaminhados a presídios.

Fuga

Um dia antes da remoção, outros dez presos fugiram do distrito. Segundo a Polícia Civil, nenhum foi recapturado.

Na decisão da Justiça, emitida em março, a carceragem só poderia receber novos presos se passasse por reformas. De acordo com a Sesp, essa possibilidade ainda está sendo avaliada pela pasta.

O 11.º DP era o que abrigava o maior número de presos em delegacias da capital e região metropolitana. Apesar de ter capacidade para 38 pessoas, era comum que as celas recebessem mais de cem detentos. Vistorias da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) já haviam apontado problemas para a permanência de presos no distrito.

Em 2014, o governo do Paraná chegou a anunciar, durante o fechamento de carceragens de delegacias, que o 11.º DP seria o único a abrigar presos e funcionaria como uma espécie de Centro de Triagem provisório. A promessa, entretanto, não se concretizou e as demais delegacias continuam a abrigar presos.

05 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## Justiça absolve acusados pelo acidente da TAM em Congonhas

A Justiça Federal absolveu os três acusados no processo do acidente com o Airbus A-320 da TAM que matou 199 pessoas em Congonhas no dia 17 de junho de 2007. Foram absolvidos o então diretor de Segurança de Voo da TAM, Marco Aurélio dos Santos de Miranda e Castro, o vice-presidente de Operações da TAM, Alberto Fajerman, e Denise Maria Ayres Abreu, que, na época, ocupava o cargo de diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

A sentença, do dia 30 de abril, é do juiz Márcio Assad Guardia, da 8.ª Vara Criminal da Justiça Federal em São Paulo. O magistrado não acolheu denúncia da Procuradoria da República de que os três acusados teriam agido dolosamente. A Procuradoria pedia a condenação dos três por violação aos artigos 261 (expor a perigo embarcação ou aeronave) e 263 (lesão corporal ou morte no acidente).